

## A difícil eclosão da nova ordem mundial



Por JAIME CESAR COELHO & RITA COITINHO\*

*Se a nova ordem multipolar já nasceu, nasce sob o som dos tambores da guerra, em um mundo profundamente desigual e inseguro*

A guerra é um evento extremo e, diante dela, proliferam análises, opiniões, desejos e campanhas midiáticas. Em meio à turbulência que atinge a ordem internacional após a deflagração das ações militares russas em território ucraniano, disputam a opinião pública uma profusão de cálculos precipitados e avaliações que ou anunciam a Rússia como a grande vencedora do conflito recém-iniciado, ou como a grande derrotada. Assim como se faz em toda a análise política e social, aqui também é preciso cautela.

Não se pode tratar este conflito nos mesmos termos da antiga Guerra Fria, período no qual o alinhamento com um dos lados era sintomático de um mundo definido por projetos sociais antagônicos que travavam a batalha de ideias. O maniqueísmo é compreensível, já que os atores principais são os mesmos, ou quase os mesmos: a Rússia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN (leia-se, EUA). É, no entanto, preciso evitá-lo, a fim de se produzir uma análise do curso histórico que se aproxime tanto quanto possível da realidade.

Diante da deflagração do conflito em solo europeu, três perguntas podem funcionar como ponto de partida: (i) Quais são as causas profundas do conflito?; (ii) Quais são os interesses em jogo?; (iii) Estamos, de fato, testemunhando o redesenho da ordem mundial? Para tanto, traçaremos as linhas de continuidade entre as decisões no campo político e diplomático que criaram o ambiente para a conflagração e seus desdobramentos no âmbito econômico. Com este substrato, será possível delinear alguns dos objetivos estratégicos dos EUA, este, em seu cerco aos países que ameaçam sua posição hegemônica, e da Rússia, em sua estratégia de autodefesa e de contenção da expansão da Aliança Transatlântica.

## Do cerco à guerra

Insuspeitos intelectuais (insuspeitos de serem pró-russos, esclareça-se) com longa ficha de serviços prestados ao Departamento de Estado dos EUA, como [Henry Kissinger](#) e [John Mearsheimer](#), remontam à estratégia de cerco adotada pelos EUA em relação à Rússia como a causa profunda da situação atual. Ambos localizam no golpe de Estado de 2014, evento que depôs o presidente eleito Viktor Ianukovytch, e no alargamento da OTAN para os países vizinhos à Rússia o início da construção de um quadro de tensão que não poderia ter outro desfecho senão o confronto armado.

Em [entrevista](#) a um canal de televisão de seu país, o major-general português Raul Cunha citou indiretamente um dos célebres ensinamentos de Sun Tzu: “quando cercar o inimigo, deixe uma saída para ele; caso contrário, ele lutará até a morte”. Também para o general português, as origens do conflito na Ucrânia devem ser buscadas na política de cerco à Rússia implementada com a expansão da OTAN ao longo dos últimos 30 anos, coroada, por assim dizer, com o patrocínio direto ao golpe de Estado de 2014 e a sustentação política e econômica por parte da União Europeia (UE) e da Aliança militar de um governo provisório atlantista composto por elementos extremistas identificados com o neonazismo.

Após o golpe - no qual se observou o envolvimento direto de altos funcionários da UE, presentes no território ucraniano durante os eventos -, as agressões às populações de fala russa e a sindicatos - com o exemplo dramático do incêndio à

# a terra é redonda

Casa dos Sindicatos de Odessa, que vitimou 42 pessoas – tornaram-se frequentes, em um verdadeiro cenário de guerra civil nas regiões de maioria russa.

Dada a situação caótica, na região do Donbass, plebiscitos populares levaram à declaração de independência de Donetsk e Lugansk, localidades em que a maioria da população tem fortes laços culturais (incluindo o idioma) com a Rússia. Nessa esteira, a Rússia firmou com a Ucrânia, há oito anos, o Tratado de Minsk, segundo o qual haveria um processo de desmilitarização das áreas limítrofes e de pacificação da região autônoma do Donbass.

Unilateralmente, no entanto, o Parlamento ucraniano modificou o texto do acordo já em 2014, reduzindo seu alcance e, na prática, inviabilizando a retirada dos armamentos pesados da região em conflito. Eleito em 2019 sem a participação dos oito milhões de russos residentes nas repúblicas dissidentes (a população da Ucrânia é de 44 milhões), o governo de Volodymyr Zelensky subiu ainda mais o tom (e a aposta). Junto ao pleito de participar da União Europeia, ele retomou as negociações para a efetiva adesão da Ucrânia à OTAN.

A Rússia buscou soluções diplomáticas para a questão por oito anos. Durante este tempo, cresceu a pressão da OTAN no entorno. E é este o pano de fundo, sem o qual não é possível compreender a escalada do conflito. O ingresso da Ucrânia na Aliança Transatlântica significaria a instalação de sistemas de lançamento de mísseis de curto alcance na fronteira do território russo, mísseis estes que estão disponíveis, porque os EUA abandonaram o tratado sobre mísseis balísticos na administração de Barack Obama. À medida em que prosseguiram as negociações para a entrada da Ucrânia na OTAN – até aqui com a oposição dos países europeus, mas com clara gestão favorável dos EUA –, os tratados de Minsk se tornaram letra morta, e a Rússia foi deixada sem opções. Cercado, conforme a analogia do major-general Raul Cunha, o país euroasiático contra-atacou. Recorreu, primeiramente, ao reconhecimento diplomático da independência das províncias separatistas e, em seguida, à ação militar. Seu objetivo é, claramente, neutralizar as chances de uma ainda maior expansão da OTAN em suas fronteiras.

Desde o início das ações militares, desencadeou-se em todo mundo uma intensa campanha midiática voltada para a desinformação e para a disseminação do terror e de sentimentos russófobos. Esta semana, todos os canais de informação de origem russa foram bloqueados na Europa, expondo, inequivocamente, qual é a disposição do “Ocidente” em relação à distensão. Interessante que, do ponto de vista do chamado “Ocidente”, a guerra de hoje guarda muitas diferenças com as guerras do mundo bipolar do século XX. Observa-se, contudo, a inconsistência de tal narrativa, visto que o que se tem, neste momento, não é o confronto de dois projetos de sociedade antagônicos, mas de interesses exclusivamente geopolíticos.

Nesse sentido, as onipresentes declarações de “preservação dos valores democráticos do Ocidente” voltam a dar o tom da propaganda midiática, opondo, no entanto, o que as vozes hegemônicas decidiram denominar como “autocracias” à já desacreditada “democracia” ocidental. Pelo lado russo, tampouco existe qualquer demarcação ideológica de uma luta por uma sociedade nova, ou por um homem novo, o socialismo. Trata-se de um país capitalista soberano que busca garantir seu espaço de sobrevivência no cenário mundial, enfrentando uma ampla aliança de países capitalistas sob a liderança indiscutível de Washington. O palco da guerra é cru, sem promessas, sem futuro.

Por mais que os governantes europeus embarquem no discurso estadunidense de defesa da liberdade e da autodeterminação dos povos, a realidade se impõe, mostrando o quanto este discurso está desgastado. Já não estamos nos anos iniciais da construção da *Pax* estadunidense, no imediato pós-guerra, quando o papel ainda aceitava muita coisa. De lá para cá, o governo dos EUA se aventurou no Vietnã e na Coreia, ofereceu suporte e apoio a ditaduras no mundo todo – como ainda o faz com a Arábia Saudita e como o fez de forma clara nas ditaduras latino-americanas no século XX –, ampliou enormemente sua presença militar em todo globo, tanto pela expansão da OTAN quanto pela construção de tratados desiguais com países periféricos, e segue financiando agitações e levantes com o objetivo de derrubar governos que, de alguma maneira, não condizem com seus interesses.

As intervenções armadas e os bombardeios aumentaram significativamente em frequência de 1990 para cá. Que o digam Bósnia, Afeganistão (foto abaixo), Iraque, Síria, Somália, Mali, Iêmen e tantos outros países pelo mundo. As intervenções são feitas de tal forma que o palco da guerra não se aproxima das fronteiras dos EUA, usa tecnologias de guerra que pouparam a vida dos cidadãos e soldados estadunidenses e contam com meios de comunicação nos EUA que convergem com as estratégias de Estado, muito diferente por exemplo do que se passou no Vietnã.

No Ocidente, as democracias desigualitárias, que se assemelham às plutocracias, estão sendo questionadas internamente. Isso vale para toda Europa e também para os EUA. A promessa de liberdade, de democracia, esbarra em uma realidade regressiva nos países centrais, com perda crescente da participação da renda do trabalho no montante da renda nacional, com o desmantelamento do pacto de bem-estar social, com a crescente e seletiva violência policial, em uma perspectiva de militarização da vida social e de esvaziamento de sentido da representação política. Trabalho precário e insegurança social já não são marcas das periferias, mas também das sociedades do capitalismo central no Ocidente. A superexploração do trabalho não atinge somente o antigo Terceiro Mundo, mas também as grandes cidades dos EUA, e o velho mundo “desenvolvido”.

A hipocrisia estadunidense em termos de política externa já não confere à grande potência um *status* de liderança, mas, cada vez mais, de domínio pela força. Dentre as duas dimensões da hegemonia, em termos gramscianos, a construção de consensos cede espaço para a violência e para a posição de força, no sentido realista da *Realpolitik*. O *soft power* permanece como uma das frentes de atuação do imperialismo, cada vez mais vinculado ao jogo da manipulação cognitiva por meio das redes sociais e de sua máquina de destruição da verdade. Soa hipócrita que o governo estadunidense alicerce seu discurso contra a Rússia, identificando o governo Putin como o ator exclusivo e preponderante das guerras de informação e da fabricação de *fake news*, pois as plataformas de informação relevantes, com seus algoritmos, são todas de propriedade de cidadãos estadunidenses.

Falamos aqui das *bigtechs* como Meta (antigo Facebook), Instagram, Google, WhatsApp. A infoestrutura de comunicações é estadunidense. Os EUA são uma potência na criação de informações e no controle da transmissão de dados, algo fundamental na economia política da era digital e informacional. Basta ver o sistema de Swift (acrônimo em inglês para Sociedade de Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais), responsável pela maior parte do sistema de comunicação que garante os fluxos de pagamentos internacionais.

## A aposte dos EUA

Alguém poderia perguntar o que os Estados Unidos ganham com a tensão militar na Europa e com a possibilidade até de uma conflagração em escala continental – dado que as principais vozes europeias parecem preferir armar a Ucrânia a se apresentar como partes na busca de uma solução diplomática. É possível que os EUA ganhem muito, em qualquer um dos cenários – excluindo-se o cenário extremo de um conflito nuclear. Ainda que não se possa prever o rumo dos acontecimentos, pode-se dizer, sem medo de errar, que os EUA estão jogando muito alto e que este pode ser o jogo decisivo para o seu *status* de única superpotência mundial. Vejamos:

Desde o século XIX, organizações internacionais são criadas para facilitar os negócios internacionais, principalmente no âmbito das comunicações. Criado em 1970, o *Swift* é uma delas. Para os EUA, os mecanismos que facilitam os negócios e os fluxos econômicos fazem parte de uma complexa infraestrutura de poder que, sob seu controle, rapidamente podem ser convertidos em máquinas de guerra – algo que a literatura especializada chama de *economic statecraft*. Foi o que vimos nestes primeiros dias de conflito militar, quando os EUA e seus aliados da OTAN, mas não somente, reivindicaram que alguns organismos e cidadãos russos fossem [expulsos do sistema de pagamentos](#), e isto depois de uma série de medidas já tomadas em 22 de fevereiro passado, que inibem atividades russas no sistema financeiro americano.

Estas medidas criam efeitos de ajustamento em cadeia, cujos custos totais são difíceis de calcular, afetando o mercado de *commodities* agrícolas e minerais, além de impactar – algo que tem sido pouco comentado – a confiança na governança financeira internacional. Vê-se que autoridades monetárias têm alertado para as consequências da utilização do Swift como mecanismo de guerra econômica, como foi o caso do presidente do Conselho do Fórum da Estabilidade Financeira do G20 e presidente do Banco Central da Holanda, [Klaas Knot](#).

A escalada no âmbito do *financial statecraft* se estendeu para o bloqueio de reservas do Banco Central da Federação Russa, em uma tentativa de asfixiar o sistema de pagamentos interno russo e inviabilizar os fluxos de comércio do país com o restante do mundo. A Rússia tem diversificado seus ativos de reserva, aumentando a participação do remimbi para 14,2 % do total e, em ouro, para 23,3%, e reduzindo significativamente os ativos diretamente alocados em dólar para 6,6%. Esta diversificação e redução de exposição ao crivo estadunidense pode ser, contudo, insuficiente no curto prazo para enfrentar

# a terra é redonda

e resistir ao cerco dos EUA e de seus aliados.

É difícil prever os impactos que estas sanções causariam no sistema internacional. O uso de sanções nos mercados financeiros deve, no entanto, deixar todos em alerta, pois depender dos humores de Washington é cada vez mais custoso. Isto não deixa de ter implicações na “guerra de moedas” (*currency war*), ou na disputa que se travará entre as moedas internacionais pela liderança global. As *greenbacks* (dólar) e as *red notes* (remimbi) participam, de forma muito heterogênea, dos negócios internacionais, com amplíssima preponderância do dólar, em função da infoestrutura dominada pelos EUA, dos efeitos de rede que são difíceis de substituir e pelo fato de a China ser uma economia fechada em termos de conta de capital, com restrição de acesso dos não residentes ao mercado financeiro doméstico (Sobre o tema, ver o livro de Barry Eichengreen *et ali. How Global Currencies Work – Past, Present, and Future*, Princeton University Press).

O que interessa verificar neste caso não é como o mundo está, mas *como a guerra pode afetar a tomada de decisões na esfera dos Estados nacionais e como isto pode mudar a institucionalidade do mundo dos negócios*. Nossa hipótese é que os efeitos da guerra serão de longa duração, porque ela já é o resultado de um longo processo de movimento competitivo entre três polos fundamentais: os EUA, a Federação Russa e a China. Nos âmbitos monetário e financeiro, que são peças-chave da dinâmica da economia política global, o movimento de sanções empurra a Rússia para a esfera chinesa e reafirma a desconfiança da China de que é necessário ampliar sua margem de manobra, diminuindo a exposição em ativos denominados em dólar, em especial os títulos do Tesouro dos EUA, bem como na composição de suas reservas, diversificando meios de pagamentos, reservas de valor e criando mecanismos de infoestrutura de pagamentos, como reconhece a analista de negócios estadunidense e editora associada do jornal *Financial Times*, [Rana Forrohard](#).

Segundo Forrohard, que se baseia no *Capital Economic Report*, desde a anexação da Crimeia em 2014, os bancos ocidentais diminuíram em 80% a exposição em negócios com o mercado russo, enquanto Rússia e China firmaram acordos, desde 2019, para realizar suas trocas comerciais nas respectivas moedas. O incremento de negócios em remimbi pode e deve ser lento, em função da baixa participação das *red notes* no sistema de pagamentos internacional (2% contra 54% do dólar) e pelo fato de a moeda chinesa não ser uma reserva de valor. As condições para que se torne repousam, contudo, na estratégia de longo prazo da Rota da Seda e da consolidação de fluxos de comércio de escala global, com incremento da participação chinesa na aquisição de ativos reais *offshore*.

Do ponto de vista chinês, a situação atual é muito delicada. Por um lado, a expansão da OTAN e as ameaças frequentes à estabilidade da Rússia, se consolidadas, criariam o ambiente externo ideal para o avanço da política de contenção da expansão chinesa. Por outro, a guerra também é ruim para a China, pois aumenta os custos de transição. Chamamos de “*custos de transição*” o período de ajuste que vai da crise até o momento de um novo equilíbrio instável. Seria muito melhor para os chineses que a *trend* da globalização seguisse seu curso, pois as vantagens competitivas chinesas ficaram evidentes com sua liderança nas novas tecnologias de comunicação, como foi o caso do 5G.

A reação dos EUA – com a escalada neomercantilista (no caso, a guerra tarifária) a partir de 2018, quando se erguem barreiras tarifárias significativas contra a China, seguidas de um discurso de crescente demonização do governo chinês – não é um fato isolado, ou momentâneo, de política de governo, mas uma reação de Estado, dentro de uma estratégia de longo prazo de definição de áreas de influência, de construção de uma batalha cultural em defesa dos valores do “Ocidente”, assim como de contenção da China como potência-líder no campo econômico. Os alinhamentos entre Rússia e China ficam mais compreensíveis, se colocarmos os acontecimentos recentes dentro de uma perspectiva maior da geoeconomia.

Do ponto de vista dos EUA, a guerra não é tão ruim assim. Se os russos tiverem sucesso em neutralizar a Ucrânia, impedindo-a de aderir à OTAN, os EUA também terão tido sucesso na empreitada de retomar e consolidar sua influência sobre a União Europeia, que vinha se reduzindo com os crescentes acordos e a formação de laços comerciais com Rússia e China. Ao jogar a Rússia no conflito, os EUA unificam a UE em torno da OTAN, como já demonstrou a decisão alemã de abandonar o acordo relativo à compra de gás natural e o enorme fluxo de recursos europeus para o armamento da Ucrânia em menos de uma semana de guerra. Quanto à Ucrânia, país agredido, ficará com os custos humanos de um conflito, no qual ela é, exclusivamente, um instrumento da política das potências. Aliás, a Ucrânia já arca com esses custos desde 2014, quando o *Euromaidan* jogou o país em um conflito entre civis.

No discurso sobre o Estado da União (SOTU, no acrônimo em inglês) proferido pelo presidente Joe Biden, em 1º de março de 2022, no Congresso americano, as diferentes peças do tabuleiro da estratégia do imperialismo formam um mosaico

# a terra é redonda

coerente. O resumo de seu discurso é:

(i) *adeus à globalização, apertem os cintos*, pois a inflação virá com força, e os Estados Unidos comandam o hemisfério ocidental, ou seja: em sua concepção, Europa, Américas e África são uma área intocável de domínio dos EUA. Recordemos que não é a primeira vez que o ajuste inflacionário aparece como um grande ajuste da geopolítica. Já vimos isto acontecer em 1973. A grande potência, ao se movimentar de maneira estrutural, produz um efeito de realocação de fatores, impactando os fluxos de comércio e de capital. A crise sempre foi, como disse Biden, uma oportunidade que apenas uma nação conseguiu e consegue produzir: os EUA. Portanto, a crise tem origem nos EUA e é funcional ao poder estadunidense;

(ii) Biden afirmou que os EUA não irão enviar tropas para a Ucrânia, dizendo que enviarão, isto sim, equipamentos e efetivos de forma definitiva para a OTAN, ocupando ainda mais a Europa, já coalhada de bases militares da organização supracitada;

(iii) a referência feita pelo presidente dos EUA à China confirma a guerra comercial e lança sua segunda etapa, convergindo com as últimas medidas da estratégia europeia de desconstrução das cadeias de valor naquilo que é mais sensível do ponto de vista tecnológico. O foco estadunidense é romper as cadeias de valor, a partir da China, em microchips e semicondutores. A frase de Biden foi: “avisei ao presidente chinês, Xi, que a América não aceitaria ser desafiada”;

(iv) Biden assume o discurso de que os custos inflacionários serão grandes, mas que esta é a hora de fazer a inflexão, assim como foi nos anos 1930. Embora não tenha mencionado o período Entreguerras diretamente, acabou por fazê-lo, ao se remeter à sua história pessoal, contando que seu pai perdeu o emprego, mas que depois veio o *New Deal* de Roosevelt, e as coisas melhoraram.

Se Biden terá condições de atingir todos esses objetivos, não se sabe. Importa aqui sublinhar que a postura neomercantilista de Donald Trump prossegue com Biden, ainda que democratas e republicanos apresentem algumas diferenças de abordagem. O que leva [alguns analistas](#) a falarem na “próxima guerra dos EUA... contra a China”.

A alta aposta no conflito nas bordas da Rússia já se delineava no governo Obama, tendo sido destacada pela então secretária de Estado e depois candidata presidencial derrotada Hillary Clinton e retomada com Biden. Se Trump preferia uma tática um pouco mais distendida em relação à Rússia, no tocante à China, a guerra comercial já estava em curso em seu governo. Parece cada vez mais provável que os custos da transição geopolítica serão elevados. A crise que se anuncia trará um processo inflacionário que tende a se estender no tempo, o que indica que teremos fortes turbulências no “sul” do mundo.

A resposta agressiva dos Estados Unidos se insere em um contexto de perda de legitimidade interna, em uma sociedade que gera poucos empregos de qualidade e que enfrenta o avanço do acirramento do conflito entre as frações burguesas em disputa. Exportado para o mundo como um destino manifesto da terra prometida, o velho sonho americano se vê, assim, ameaçado pela força de seu capital no mundo e pela fraqueza da distribuição de seus lucros internamente. Algo talvez difícil de conciliar, diante da competição intercapitalista em escala global. Aqui, nos referimos às dificuldades políticas em função do bloco histórico monopolista sob a liderança financeira nos EUA.

Para o povo estadunidense, a realidade do *American way of life* tem sido a seguinte, desde a ascensão neoliberal: educação cara, endividamento permanente das famílias, saúde para poucos, violência e drogadição epidêmica, cassino financeiro, fronteiras fechadas para os pobres e encarceramento massivo de populações marginalizadas - sobretudo, da população negra, historicamente perseguida e marginalizada. A pátria da livre-concorrência é, na verdade, o paraíso dos monopólios.

Já a Europa convive com o espectro da guerra, enquanto seus governantes têm baixíssima margem de manobra diante da estratégia dos EUA na nova ordem internacional - Olaf Scholz que o diga. A socialdemocracia europeia é uma pálida lembrança do que foi no passado. Nada promete além de administrar a agenda neoliberal, ainda mais agora que retorna à esfera de influência dos EUA, abandonando as iniciativas de diversificação que tiveram início com as cooperações russa e chinesa. Isto está, aliás, na origem da ascensão do populismo de viés xenófobo e fascista por todo Velho Continente, alimentado pela crise sem solução e pelo desmonte das estruturas de bem-estar social.

A Rússia, por sua vez, não representa, como a antiga URSS, uma referência de princípios e do novo, um sonho a ser perseguido. A Rússia é um grande país capitalista e soberano, agindo em defesa de sua autonomia, seja ela em cooperação

com a Europa, como já buscou fazer, seja com a China, que é o elemento novo produzido substantivamente pelo fracasso anterior da ocidentalização (de Gorbashev, de Ieltsin e do primeiro momento de Putin). O Ocidente se move pela crua espada do realismo e dos interesses de autopreservação e de conquista de áreas de influência, com os EUA buscando consolidar, com relativo sucesso, uma fronteira estendida até a Rússia. Pressionada, esta última procura uma saída que lhe garanta um maior grau de autonomia.

## Uma nova ordem?

Se a nova ordem multipolar já nasceu, o que seria um bom sinal para todos, nasce sob o som dos tambores da guerra, em um mundo profundamente desigual e inseguro. A ONU já não consegue ser mais do que uma representação de uma velha *Pax* em declínio e insiste em não abrir espaço para uma nova ordem. A mesma ONU que vem sendo atacada sistematicamente pelos governos dos EUA, quando e onde ela se apresenta como um espaço multilateral. Os EUA querem uma ONU da OTAN, uma Organização que aceite e referende suas ações. Querem uma ONU colonialista, como de fato tem sido a OTAN. O novo que nasce guarda muito do velho. Ainda não temos motivos para anunciar como certa a erupção da nova ordem.

A guerra é o espectro que abala diretamente o Velho Continente e seus cidadãos, mas afeta todos os continentes. A guerra tem diferentes faces: sanções econômicas, bloqueios, mudança de regime por interferência externa (como a Ucrânia de 2014) e a guerra propriamente dita, com a força das armas em operação. É um mundo novo que nasce sem promessas, sem utopias, sem ilusões. Neste mar de lama e de distopia, as utopias que aparecem no Ocidente são o *revival* do fascismo, em diferentes versões e cores. A nova ordem é, ainda, vazia de sentido. Por enquanto, está recheada da velha, e é isto que precisa ser enfrentado.

Por fim, o movimento atual é o resultado de uma longa escalada da OTAN em direção ao Leste. É também o resultado de uma trajetória maior, de mudança das relações entre os EUA e a China, com tensionamentos geopolíticos que se acirram desde a crise econômica e financeira de 2008. Deste acirramento, temos o nascimento de uma Nova Guerra Fria, da interrupção da *trend* globalista, por meio do neomercantilismo, e a perspectiva de uma multipolaridade que não se vê contemplada nas instituições da ordem internacional. Tudo gira, com mais força, empurrando os atores nacionais para reposicionamentos. No momento, a guerra subordina a União Europeia, que já é a grande perdedora, com os EUA relançando a OTAN e preparando um forte ajustamento para os países da periferia. A guerra atrapalha a estratégia chinesa e parece favorecer os interesses estadunidenses.

O futuro é incerto, como sempre foi, mas é preciso que cálculos sejam feitos, e estratégias, construídas, com base em uma visão do mundo real. Podemos e devemos mirar naquilo que gostaríamos que o mundo fosse, porém, sem cultivar fantasias. O velho insiste em dominar, e o novo não está pronto para liderar.

\*Jaime Cesar Coelho é professor titular de economia e relações internacionais na UFSC.

\*Rita Coitinho é doutora em Geografia pela UFSC.

Publicado originalmente no site do [OPEU](#).